



ATA N.º 252/2018

SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2018

Aos trinta dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezoito, reuniu em sessão ordinária, previamente convocada, a Assembleia Municipal de Oliveira de Frades, no salão nobre dos Paços do Município, sob a presidência de Luís Manuel Martins Vasconcelos, tendo como primeira secretária, Sónia Filipa de Araújo Nogueira, e como segunda secretária, Teresa Margarida de Sousa Fernandes, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

1. **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.** -----
- A. **APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR.** -----
- B. **CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA E INFORMAÇÕES.** -----
- C. **PERÍODO DE INTERVENÇÕES.** -----
2. **APRECIÇÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL.**-----
3. **PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS.** -----
4. **MAPAS DE PESSOAL.** -----
5. **APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO ORÇAMENTO 2019.** -----
6. **APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2019-2022.** -----
7. **PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE LOTES DE TERRENO NOS ESPAÇOS DE ATIVIDADES ECONÓMICAS DO CONCELHO DE OLIVEIRA DE FRADES.**-----
8. **REQUALIFICAÇÃO DA ANTIGA ESCOLA PRIMÁRIA DAS BENFEITAS PARA ALBERGUE** -----
- **RECONHECER O INTERESSE PÚBLICO DO PROJETO E APROVAR A RESPETIVA DECLARAÇÃO.** -----
9. **DESIGNAÇÃO DE DOIS ELEMENTOS PARA INTEGRAR A CPCJ DE OLIVEIRA DE FRADES.**-----
10. **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.** -----

Assinaram a "Lista de Presenças", para além dos mencionados, os seguintes membros da Assembleia Municipal:-----

Pela Lista "Nós Cidadãos": Mário do Carmo Pereira, Germano Jorge Martins Rodrigues, Ana Sofia Tavares Rodrigues Ramos, Flávio dos Santos Costa, Ivo Alves Farreca, Carla Sofia Duarte Viegas e Carlos Manuel Moitas Azevedo Maia. -----

Pela Lista "Por Oliveira de Frades – Coligação PPD-PSD/CDS-PP": Serafim de Oliveira Soares, Arménio Silva Florindo, António Bernardino Tavares Lopes Nunes e Jorge Manuel Mamede Soares; -----

Pela Lista "PS - Partido Socialista": João Carlos Tavares Ferreira de Carreto Lages.-----

Os Presidentes de Junta de Freguesia de: Arcozelo das Maias – António Manuel Lopes Tavares; Pinheiro – Carlos Manuel da Silva Rosa; Ribeiradio – Hélder Miguel da Silva Costa; São João da Serra – Luís Manuel Rodrigues Dias; São Vicente de Lafões – Nuno Joaquim de Almeida Pinhão; União das Freguesias de Arca e Varzielas – Jorge Marques da Silva Bandeira; União de Freguesias de Destriz e



Reigoso – Carlos Manuel Ferreira de Lima e União das Freguesias de Oliveira de Frades, Souto de Lafões e Sejães – José Manuel Valente Cerveira.-----

Também se registou a presença do Presidente da Câmara, Paulo Ferreira, e dos Vereadores Carlos Pereira, Clara Vieira e Abel Dias.-----

Havendo quórum, com a presença de 22 (vinte e dois) membros, o Presidente da Mesa deu início à sessão, eram nove horas e dez minutos. -----

De registar que o Membro da Assembleia Germano Rodrigues, entrou na sessão após a votação do ponto 1, alínea a), ficando a sessão, posteriormente, com 23 (vinte e três) presenças.-----

1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

O **Presidente da Mesa** propôs a ALTERAÇÃO DA ORDEM DO DIA, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, de modo a permitir a apreciação dos seguintes assuntos: -----

- Autorização para contratação de empréstimo de curto prazo em 2019 -----

- Contrato de delegação – União de Freguesias de Oliveira de Frades, Souto de Lafões e Sejães -----

a acrescentar à Ordem do Dia, tendo sido reconhecida a urgência de deliberação imediata, por unanimidade, com 22 (vinte e dois) votos a favor. -----

A. APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR. -----

O **Presidente da Mesa** colocou à discussão a **Ata n.º 251/2018 de 28.09.2018**, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade, com 22 (vinte e dois) votos a favor. -----

B. CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA E INFORMAÇÕES. -----

O **Presidente da Mesa** informou de toda a correspondência recebida entre 28 de setembro e 29 de novembro de 2018, designadamente: -----

Remetente	Assunto
Assembleia Municipal de Boticas	Envio de documento do Tribunal de Contas sobre a ANAM
ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais	Considerações do Presidente da ANAM e resposta do PAM de Faro sobre o visto do Tribunal de Contas
Grupo Parlamentar “Os Verdes”	Recomenda ao Governo que os nós de acesso às autoestradas sejam iluminados
Conselho Municipal de Segurança	Convocatória reunião do CMS 18.10.2018
CIMVDL	Informar que a reunião da Assembleia da CIM se irá realizar a 30.11.2018, às 17H, solicitando que se evite (tanto quanto possível) o agendamento de reuniões da AM para esse dia
Família Galheiro	Convite para a sessão de apresentação pública do livro “Os Tendeiros”, de Jaime Galheiro, 27.10.2018
Câmara Municipal de OF	Envio da ata da reunião de Câmara de 26-09-2018
Voz das Misericórdias	Publicação de setembro de 2018
ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais	Semana Europeia da Democracia Local
Câmara Municipal de Oliveira de Frades	IGF – Inspeção-Geral de Finanças: Auditoria ao Município de Oliveira de Frades – Contratação Pública. Comunicação de homologação do relatório



AM 30-11-2018

CIMVDL	Newsletter
Grupo Parlamentar "Os Verdes"	Pergunta ao Governo relativa à falta de limpeza de bernas e valetas da EN 16, no MOF
ANAM– Associação Nacional de Assembleias Municipais	Newsletter ANAM 23.10.2018
Câmara Municipal de OF	Envio da ata da reunião de Câmara de 10-10-2018
Freguesia de Pinheiro	Moção, apoios ao arranque de eucaliptos, limpeza e reforestação com espécies endógenas das áreas ardidadas
Câmara Municipal de OF	Proposta de Orçamento para 2019 e GOP 2019-2022
Gab. de comunicação CMOF	V Feira da Castanha – Programa Semana da Alimentação e Cozinha Saudável de 5 a 9 de novembro
AEDRL – Ass. Estudos de Direito Regional e Local	Convite para Sessão de apresentação do livro "Coletânea da legislação florestal" – 9 de nov. Alfândega do Porto
Câmara Municipal de OF	Moção contra a intenção de encerramento da estação dos CTT em Oliveira de Frades
CPCJ de OF	Designação de elemento para a CPCJ
Presidência da CMOF	Agendamento da sessão ordinária da AM
Associação	Edição n.º 297, nov.2018
Grupo Parlamentar do PCP	Orçamento do Estado para 2019 – Autarquias Locais
Grupo Parlamentar "Os verdes"	Projeto de Resolução - Abolição de portagens na A24
Grupo Parlamentar "Os verdes"	Projeto de Resolução – Abolição de portagens na A25
CM de Faro	ANAM – Fiscalização prévia – 2189/2018
Cartaz Concerto Viseu	Concerto coral sinfónico - Maestro Pedro Serrano (18 de nov – 17H – Seminário Maior de Viseu
Câmara Municipal de OF	Envio da ata das reuniões de Câmara de 24.10.2018 e 30.10.2018
AEDREL – Ass. Estudos de Direito Regional e Local	Pedido de informações
CIMVDL	Newsletter – Rede Cultural Viseu Dão Lafões
Grupo Parlamentar do PCP	Propostas de Alteração do PCP – Orçamento do Estado para 2019 – Autarquias Locais
AEDREL - Ass. Estudos de Direito Regional e Local	Notícias de interesse das Assembleias Municipais
CIMVDL	Newsletter Marca Viseu Dão Lafões
ANAM	Conclusões do inquérito preenchido no Congresso de Mafra - "A qualidade da democracia local vista pelos PAM"
Grupo Parlamentar do PCP	Propostas do PCP aprovadas no 1.º dia de votações na especialidade da Proposta de Lei do orçamento do estado para 2019
AEDREL - Ass. Estudos de Direito Regional e Local	Manual de Cidadania
A.R. Banda Marcial Ribeiradiense	Convite – Ceia de Natal
Grupo Parlamentar "Os Verdes"	Aprovada a proposta de alteração ao OE 2019 apresentada pelo Grupo Parlamentar "Os Verdes", que visa criar mais salas de educação pré-escolar



Câmara Municipal de OF	Envio da ata da reunião de Câmara de 13.11.2018
CIMVDL	Newsletter Rede Cultural Viseu Dão Lafões
ANAM	Participação cívica: AM de Ourém lança projeto inovador

Referiu que a pasta onde a mesma se encontra arquivada está à disposição dos membros que a quisessem consultar. -----

C. PERÍODO DE INTERVENÇÕES. -----

De seguida, o **Presidente da Mesa** deu a palavra aos membros da Assembleia que integram Comissões, em representação da Assembleia Municipal, para que estes informassem, sumariamente, das reuniões em que participaram e dos assuntos abordados. -----

Usou da palavra o **Presidente de Junta de Freguesia de Pinheiro, Carlos Rosa**, que participou na reunião do CMS – Conselho Municipal de Segurança, realizado a 18 de outubro de 2018. Informou dos temas apresentados, designadamente, a falta de sinalização vertical e horizontal no Concelho. Foi efetuada a análise dos dados de Segurança na área do Município, tendo sido apresentados os dados relativos à criminalidade e delitos comuns na área do Concelho de Oliveira de Frades, referentes ao 3.º trimestre de 2018. Informou do número de crimes verificados: contra as pessoas, contra o património e contra a vida em sociedade. Indicou de forma pormenorizada o número de crimes, de acidentes, de capturas e de incêndios. Por último, informou dos outros assuntos tratados, nomeadamente, a necessidade de continuar a insistir nas ações de sensibilização de forma a evitar incêndios que derivaram de queimadas; o Coordenador Municipal de Proteção Civil informou que a Autarquia beneficiou 44,3km de caminhos florestais nas várias Freguesias do Concelho e que tinha procedido à limpeza das faixas de gestão de combustível em terrenos municipais, tendo já sido realizados 20,5ha. Mais informou da implementação do programa “Aldeia Segura”, do aumento dos ninhos de vespas asiáticas e do seu combate. -----

O **Presidente da Mesa** deu por aberto o Período de Intervenções, tendo-se verificado as seguintes inscrições: -----

A **Membro da Assembleia Teresa Fernandes** questionou o Presidente da Comissão de Acompanhamento das Praias sobre se este recebeu alguma informação dos serviços técnicos ou do Executivo Municipal sobre os dados que tinha solicitado na reunião anterior, designadamente, sobre a ficha técnica da tela e o registo de manutenção dos equipamentos já instalados na Zona de Fruição de Sejães. -----

O **Membro da Assembleia Mário Pereira** sugeriu que, o Município questione a ANMP sobre a inconstitucionalidade da Lei, na qual consta que o Estado irá apoiar os passes sociais em Lisboa e no Porto. Considerou esta medida injusta e disse que esta irá agravar a desigualdade entre o litoral e o interior; a aquisição de um passe numa Freguesia do Concelho para Vila (com apenas um transporte de manhã e outro à noite) passará a custar o dobro de um passe social nas cidades referidas, com acesso a outros transportes; acresce o facto de que, quem utiliza os transportes públicos são as pessoas mais idosas e com menos recursos financeiros,



ao contrário das cidades que, quem utiliza este meio de transporte são os trabalhadores. -----

O **Membro da Assembleia João Lages** referiu que, desde que a Comissão de Acompanhamento das referidas Obras foi constituída, tem solicitado em todas as sessões, toda a documentação e correspondência existente, no entanto, até ao momento, ainda não tinha obtido resposta do Executivo. -----

O **Presidente da Câmara** informou que, toda a documentação tem sido pública, designadamente o concurso público para a Zona de Fruição de Sejães (a qual já se encontra adjudicada). Disse que, ao mencionado acresciam pequenas obras efetuadas pelo Município na Zona de Fruição da Carriça. No que concerne às fichas técnicas, disse que estas não estavam na posse do Município, pelo que foram solicitadas. Relativamente aos motores disse não haver nenhum plano em vigência para a sua manutenção, uma vez que a obra não se encontrava entregue. -----

O **Presidente da Mesa** realçou a importância da Comissão ter acesso à documentação existente, de forma a poder acompanhar devidamente as referidas obras. -----

O **Presidente da Câmara** reafirmou que, neste momento, apenas existiam os concursos efetuados; na primeira reunião da Comissão (promovida pelo Município) foram entregues os documentos existentes. Acrescentou que o Executivo tem sido "barrado" de explicar todo o processo das Zonas de Fruição, tendo até tentado exibir um vídeo sobre o estado das praias e tal não foi permitido. -----

O **Presidente da Mesa** reafirmou que a documentação solicitada pelo Presidente da Comissão tem que lhe ser entregue. "*Não é o Executivo que vai apresentar e dar a conhecer as obras. A Comissão tem esse papel*". -----

2 - APRECIÇÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do Relatório da Atividade Municipal, o qual tinha sido entregue, atempadamente, pelo que foi dispensada a sua leitura.-----

Inscreveram-se para o debate deste ponto:-----

O **Membro da Assembleia Jorge Soares** referiu que a CDU publicitou que todas as Freguesias do Concelho iriam ser contempladas com 40.000,00€ no próximo ano de 2019. Uma vez que a rubrica se encontra sem financiamento definido, questionou a veracidade desta notícia e se o seu pagamento será efetuado em *tranches* (com início em janeiro), conforme foi prometido aos Presidentes de Junta. -----

Questionou o valor do saldo gerência que transita para 2019 e se este se destina às Freguesias.-----

Constatando que o atual Executivo tem definido como prioridade a repavimentação de várias vias do Concelho (necessárias), solicitou esclarecimentos sobre a necessidade e o custo da repavimentação de uma via na Zona Industrial, (entre a empresa "*Martifer Solar*" e a "*rotunda de Quetritz / Pereiras*"), que parecia em bom estado de conservação. Referiu diversas vias que, em sua opinião, eram prioritárias, em detrimento da mencionada.-----



O **Presidente da Câmara** começou por louvar o interesse da CDU, que apesar de *“não ter representatividade neste Órgão, tem tido ações fora da época eleitoral”*. -----

De seguida, informou do acordado com os Presidentes de Junta. Acrescentou que, *“este Executivo tem sido refém de muitos compromissos que não assumiu; o compromisso pelo que assume será muito maior”*. Disse que, para além dos Presidente de Junta de Freguesia do *“Nós Cidadãos”*, apenas os Presidentes de Junta de Freguesia de São João da Serra (mas este fez parte do anterior executivo) e o de Reigoso não têm conhecimento de como era anteriormente, mas sabem a atual colaboração que tem sido prestada. Referiu que, a disponibilização destas verbas é um sinal de confiança e todas as solicitações efetuadas pelas Juntas de Freguesia foram atendidas, apenas estando a aguardar deliberação, os pedidos da Junta de Freguesia de São Vicente de Lafões e da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Oliveira de Frades, Souto de Lafões e Sejães. Acrescentou que, a *“nossa política é de servir a comunidade independentemente do partido político”*.

No que se refere ao saldo gerência, mencionou que há obras em execução e só no final do ano será possível ter conhecimento do valor concreto a transferir para o ano seguinte, no entanto, este será certamente superior a 320.000,00€. -----

Por último, passou a palavra ao Vereador Carlos Pereira para que este informasse sobre a repavimentação referida. -----

O **Vereador Carlos Pereira** informou que o troço mencionado, apresentava um problema estrutural desde 2011; o *“problema técnico persiste e foi constatado tecnicamente no local”*; disse da existência no Município de um documento, datado de 19 de setembro de 2016 de que leu um parágrafo: *“No que diz respeito à obra da estrada de ligação da Zona Industrial ao Nó de Reigoso e, de acordo com a vistoria feita no local, verificamos que a caução da empresa não pode ser libertada visto que o pavimento apresenta bastantes anomalias”*. Mais informou que, estas anomalias persistem e quando se iniciou a obra do *“Fecho do Sistema de Abastecimento de Água (Otimização da Rede)”* confirmou-se, tendo sido chamados ao local as empresas e os Técnicos da Autarquia. Foi reconhecida a necessidade de uma intervenção imediata, para evitar um acréscimo no valor da intervenção a curto prazo. Foram apuradas responsabilidades, sendo que cada parte assumirá as suas. Acrescentou, que até ao momento, ainda não estavam apurados os custos. -----

O **Presidente de Mesa** questionou se a transferência das verbas para as Juntas de Freguesia seria efetuada de três em três meses. -----

O **Presidente da Câmara** mencionou que, o facto de disponibilizar 570.000,00€ para o concurso da Zona de Fruição da Carriça condicionou os 320.000,00€ necessários para as Freguesias. Esclareceu que só conseguirá ter essa verba com a inclusão do saldo gerência anterior (na Assembleia Municipal a realizar no mês de abril de 2019), tendo o Órgão Deliberativo de aprovar as contas. -----

O **Presidente da Mesa** explicou o problema na obra mencionada, bem como, as empresas envolvidas. -----

3 - PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS. -----



O Órgão Executivo, na sua reunião ordinária de 24.10.2018, deliberou, por unanimidade, participar em 5% no IRS dos sujeitos passivos, nos termos definidos na Lei. -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 23 (vinte e três) a favor, participar em 5% no IRS dos sujeitos passivos, nos termos do n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.-----

4 - MAPAS DE PESSOAL. -----

O **Presidente da Câmara** informou que, o Órgão Executivo, na sua reunião extraordinária de 30.10.2018, deliberou, por unanimidade, aprovar os Mapas de Pessoal ao abrigo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.-----

Inscreveram-se para o debate deste ponto:-----

O **Membro da Assembleia Jorge Soares** apresentou as seguintes questões: em que serviço foi colocado o pessoal que deixou de estar afeto à recolha de lixo (entregue ao Planalto Beirão); se o Executivo pretendia efetivamente entregar a uma empresa particular a manutenção de jardins públicos, bem como, a limpeza dos edifícios públicos; se irá entregar a serviços privados, o serviço de transporte disponibilizado às associações culturais, desportivas e outras; e, se o referido era verdadeiro, qual a razão para querer aumentar o mapa de pessoal.-----

Ainda, questionou a razão pela qual os funcionários afetos ao serviço externo (obras), quando se encontram a trabalhar nas Freguesias mais distantes (Arcozelo das Maias e São João da Serra), terminam o trabalho às 11:30 horas (no período da manhã) e às 16:00 horas (no período da tarde), quando o horário de saída é às 17:00 horas. Informou que, no anterior mandato eram transportadas refeições, que iam juntamente com as fornecidas às escolas, para os funcionários comerem em local disponibilizado por essas Juntas de Freguesia e assim era rentabilizado o tempo. -----

O **Presidente da Câmara** referiu que, não iria responder sobre a entrega de serviços a empresas externas, porque se trata de especulação. Informou que o Município tem conseguido assegurar os serviços através de contratos CEI.-----

De seguida, explicou as necessidades de recursos humanos, existentes nos serviços.-----

No que se refere aos motoristas que asseguravam o transporte para as Associações ao fim de semana, informou que estes trabalhavam durante os 5 dias e que são pessoas que, para andarem na questão do associativismo, deixam de estar com as suas famílias e gostariam de ser melhor ressarcidos. Assim, "o Executivo está a transpor para as associações essa responsabilidade".-----

No que se refere às refeições disse não ter conhecimento dessa estratégia, não tendo sido alterada por ordem do Executivo. -----

No que concerne ao transporte, que deixa de ser disponibilizado às Associações, o **Membro da Assembleia Jorge Soares** questionou se houve diálogo com os motoristas e se foi calculado o prejuízo que estes terão com o facto de deixarem de fazer essas horas extraordinárias.-----

O **Presidente da Câmara** informou que, reuniu com os motoristas, tendo estes reivindicado descanso e o facto de não serem ressarcidos pelo trabalho que efetuavam. -----



A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 23 (vinte e três) votos a favor, aprovar os Mapas de Pessoal, ao abrigo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho. -----

5 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO ORÇAMENTO 2019. -----

O Órgão Executivo, na sua reunião extraordinária de 30.10.2018, aprovou, por maioria, o Orçamento para 2019. -----

O **Presidente da Mesa** informou que a proposta de orçamento municipal lhe foi entregue em mão no dia 31.10.2018, tendo sido enviada, nesse mesmo dia, a todos os membros da Assembleia. -----

De seguida, propôs a discussão do ponto 5 (Apreciação e Votação do Orçamento para 2019) e do ponto 6 (Apreciação e Votação das Grandes Opções do Plano 2019-2022) em simultâneo, sendo a votação efetuada individualmente, o que foi aceite, por unanimidade. -----

O **Técnico Superior Ismail Carvalho** fez a apresentação dos documentos. -----

O **Membro da Assembleia João Lages** enalteceu *"a coragem do amigo Paulo Ferreira, que num ato de espírito democrático e numa missão de liberdade ... venceu, com todo o mérito e largo consenso, as últimas eleições autárquicas. (...) A sua maior coragem está em prosseguir e liderar o Executivo em condições tão difíceis. A si, aos seus vereadores e candidatos das Juntas, parabéns por essa coragem. Nem tudo está a ser um mar de rosas. Acredito que seja mais difícil do que esperava ser"*. -----

No que se refere ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano apresentado, constatou que neles não constavam medidas que pudessem ser postas em práticas, úteis, estimulantes e enunciadas no programa de ação que o Executivo apresentou às eleições, tais como o orçamento participativo, envolvendo a comunidade. -----

Ao Orçamento, em geral, considerou que faltava arrojo, ambição e rasgo. Manifestou preocupação com a inscrição de muitos itens com financiamento a definir. -----

No relatório de atividade municipal apresentado, consta que *"as praias fluviais começam a ganhar robustez..."*, fico a pensar, onde? -----

Por último, deixou como conselho ao Presidente da Câmara que este *"envolva todos os agentes políticos nas suas decisões"*. -----

Ao Presidente da Assembleia Municipal disse: *"não esqueço o seu trabalho a este concelho a nível de obra executada e entrega e dedicação ao Município"*. -----

O **Membro da Assembleia Mário Pereira** começou por felicitar a Câmara Municipal por ter feito chegar aos membros da Assembleia Municipal o documento com grande antecedência. -----

De seguida fez a seguinte intervenção: -----

"Uma primeira nota vai para a clareza formal do documento que permite uma leitura fácil a pessoas que não são iniciadas nos aspetos formais do orçamento e não estão habituadas a ler os mapas das Grandes Opções do Plano. -----

É interessante a ligação que estabelecem entre o Orçamento do Estado e o Orçamento Municipal, que embora óbvia parece ser, com frequência esquecida. -----
Importante é, também, o objetivo do equilíbrio orçamental. -----



Não pensamos que a redução da dívida seja um objetivo em si mesmo, se com isso sacrificarmos as condições de vida das munícipes. -----

Naturalmente, ao discutirmos o orçamento do município, estamos a discutir as opções de gestão que compete ao executivo municipal tomar e à Assembleia validar ou não. -----

O orçamento de 2019 tem já algumas marcas das opções estratégicas do novo Executivo, mas estão ainda presentes muitas condicionantes herdadas do passado. -----

Importa realçar que as praias fluviais, que era suposto estarem prontas em 2017, só em 2019 venham a poder ser usadas pelos munícipes, se não em todo pelo menos em boa parte e que a sua conclusão ainda exija em 2019 um investimento muito grande para as possibilidades do município impedindo que se faça um maior investimento na requalificação das vias de comunicação que apresentam problemas. -----

A transferência de verbas para as freguesias – 40 000 euros para cada uma – é algo de que nos devemos orgulhar, pois os meios que o Estado atribui às Juntas de Freguesia não lhe asseguram o mínimo de meios para responderem aos que lhe é solicitado pelas populações. -----

Esta é, também, a época em que se discutem as grandes obras, as grandes opções e os grandes projetos e todos temos grandes projetos. -----

Será bom que, no futuro, ao avançarmos com a construção de um equipamento se faça antes uma estimativa do impacto do seu funcionamento e da sua manutenção nos orçamentos seguintes. Pois temos alguns exemplos de equipamentos que por problemas de construção continuam a ter grandes despesas de manutenção. -----

Um bom exemplo é o aproveitamento da água que nasce no Parque Urbano para assegurar a rega. -----

Há quem condene a Câmara por entregar as obras preferencialmente a empreiteiros – por concursos – em vez de as realizar com o pessoal e máquinas próprias. A Câmara Municipal de Oliveira de Frades tinha há 30 e há 20 anos uma capacidade de realização de obras muito além do que era a situação comum dos municípios vizinhos. Acontece que, desses trabalhadores alguns procuraram melhores condições de vida, outros reformaram-se e muitos outros foram sendo requisitados para fazerem outros trabalhos. Nesse tempo, a Câmara não fazia transportes de crianças, em autocarros próprios, não geria cozinha do Centro Escolar, não tinha tantos jardins, não tinha tantas pessoas a trabalhar no parque desportivo ou na piscina. De facto, a exigência de pessoal de alguns serviços, cuja utilidade todos reconhecemos, limita a possibilidade de execução de trabalhos de forma direta. -----

Acresce que, a Câmara não tem os mecanismos para uma gestão rigorosa desses trabalhos, nem os meios que são necessários para manter a operacionalidade desse serviço. -----

Haverá quem diga que se fossem feitas pelo pessoal da Câmara, as praias fluviais ficariam mais baratas. Como o povo reconhece, por vezes o barato sai caro. Por isso, pensamos ser uma boa prática encarregar da execução das obras quem tem capacidade para o efeito, assegurando a Câmara o planeamento e gestão das obras e da posterior operação. -----

Também é sabido que não há garantias de conclusão de todas as obras previstas nas Grandes Opções do Plano. Mas o que sabemos é que se as obras não forem inscritas no plano não podem ser realizadas. -----

Face ao que temos dito, este Orçamento merece a nossa aprovação e apelamos ao voto positivo de todos os membros desta distinta Assembleia". -----



O **Membro da Assembleia Jorge Soares** felicitou o Técnico Superior Ismail Carvalho pela boa apresentação dos documentos. -----

Referiu que o Estado irá cumprir com incremento das verbas a receber em 7,75% e o Município de Oliveira de Frades tem um orçamento diminuído em 2%, o que lhe parece falta de ambição, sendo *“mais um ano a marcar passo”*. -----

Relativamente à capacidade de endividamento, disse que não lhe parecia muito diferente do que se tinha no ano anterior.-----

Questionou o valor de comparticipação dos projetos provenientes do anterior Executivo. -----

Relativamente ao Orçamento de 2019, disse que o PPD-PSD mantinha a mesma linha que os Vereadores do mesmo partido defenderam em reunião de Câmara; *“este é um mau orçamento; não se compreende como é que verbas destinadas a Freguesias, assim como, alguns financiamentos destinados a obras nas mesmas, não têm valor definido mas, em contrapartida, as festas, as coletividades e as associações estão com financiamento definido; é uma total inversão de prioridades, que não se entende e que gostaríamos que fossem explicadas”*. -----

Acrescentou que, se lutava contra a desertificação e a diminuição da população, mas não consta em Orçamento nenhuma medida de apoio à natalidade ou à fixação de população jovem no Concelho. -----

Também disse que, não havia medidas de apoio ao tecido empresarial do Concelho. -----

Por último, disse que o PPD-PSD se iria abster na aprovação do Orçamento. ----

O **Técnico Superior Ismail Carvalho** fez os devidos esclarecimentos sobre o valor de endividamento, bem como, sobre o valor de comparticipação das obras em execução.-----

O **Presidente da Câmara** agradeceu as palavras do *“amigo João Lages”*. -----

Disse ser objetivo do Executivo servir as pessoas. -----

Referiu que, muitas vezes foi ambição executar as obras com 85% de financiamento, sem apurar o que estas iriam custar a todos os munícipes. Os custos com a manutenção de equipamentos, em sua opinião excessivos, mas que não foram devidamente equacionados, refletem-se na despesa. -----

Mencionou que o Executivo gostaria que não chovesse dentro do Pavilhão Municipal. -----

“Após a inclusão do saldo gerência, o objetivo é servir a população de todo o Concelho. Estaremos atentos a candidaturas e a projetos ambiciosos”. -----

Referiu a lista de pavimentações (sem verba definida) e os compromissos anteriores, bem como, as verbas que deveriam estar alocadas na despesas para a execução das Zonas de Fruição. -----

“Hoje sentimos que temos os projetos e que demos continuidade a alguns pesos pesados (rentabilidade futura), designadamente o Fecho do Sistema de Abastecimento de Água”. -----

Relembrou a decisão de efetuar o acordo revogatório relativamente à obra: *“Construção do Parque Urbano – Edifício de Empreendedorismo”*, devido ao valor desta, que condicionava gravemente a situação financeira do Município e



tratava-se de uma obra sem financiamento previsto, ou seja, seria suportada integralmente com dinheiro do Município. -----

Disse que existiam, ainda, algumas situações a equacionar durante o ano, designadamente, o pedido de indemnização solicitado por um munícipe, por incumprimento de um acordo assinado, que poderá onerar o cofre do Município. -

Referiu, ainda, os projetos previstos, desde a ecopista, à dinamização da arte megalítica, ao centro de recolha oficial de animais, à requalificação das habitações sociais e o apoio às Freguesias. -----

O **Presidente da Mesa** informou que, o projeto do Pavilhão do Parque Desportivo não era do executivo anterior, tendo, por diversas vezes, alertado os técnicos para os problemas que surgiam. -----

Relativamente às pavimentações constantes nos documentos apresentados, disse ser fácil elencá-las e aplaudirá caso estas obras sejam executadas. Deixou um desafio ao Executivo: "faça nas Freguesias o que o Executivo anterior fez em 2017", referindo diversas obras executadas. -----

Posto a votação, foi o Orçamento para 2019, aprovado, por maioria, com 9 (nove) votos a favor e 14 (catorze) abstenções dos membros Luís Vasconcelos, Serafim Soares, Sónia Nogueira, Arménio Florindo, António Bernardino Nunes, Teresa Fernandes, Jorge Soares, João Carlos Lages e dos Presidentes de Junta das Freguesias de Arcozelo das Maias, António Manuel Tavares, Pinheiro, Carlos Rosa, Ribeiradio, Hélder Costa, São João da Serra, Luís Dias, Arca e Varzielas, Jorge Bandeira e Destriz Reigoso, Carlos Lima. -----

6 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2019-2022. -----

O Órgão Executivo, na sua reunião extraordinária de 30.10.2018, aprovou, por maioria, as Grandes Opções do Plano 2019-2022. -----

Este ponto foi discutido em simultâneo com o anterior. -----

Posto a votação, as Grandes Opções do Plano 2019-2022, foram aprovadas, por maioria, com 9 (nove) votos a favor e 14 (catorze) abstenções dos membros Luís Vasconcelos, Serafim Soares, Sónia Nogueira, Arménio Florindo, António Bernardino Nunes, Teresa Fernandes, Jorge Soares, João Carlos Lages e dos Presidentes de Junta das Freguesias de: Arcozelo das Maias, António Manuel Tavares, Pinheiro, Carlos Rosa, Ribeiradio, Hélder Costa, São João da Serra, Luís Dias, Arca e Varzielas, Jorge Bandeira e Destriz Reigoso, Carlos Lima. -----

Verificou-se uma pausa, de cerca de dez minutos, acordada por todos os presentes, tendo os trabalhos sido retomados de seguida, às onze horas e quarenta e cinco minutos. -----

7 - PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE LOTES DE TERRENO NOS ESPAÇOS DE ATIVIDADES ECONÓMICAS DO CONCELHO DE OLIVEIRA DE FRADES. -----

O **Presidente da Câmara** informou que o Projeto de Regulamento Municipal de Atribuição de Lotes de Terreno nos Espaços de Atividades Económicas do Concelho de Oliveira de Frades, foi aprovado na reunião ordinária de 13.06.2018,



foi submetido a consulta pública, publicado e publicitado no site institucional do Município. Da referida consulta não resultou qualquer proposta ou reclamação. ----

O **Membro da Assembleia Jorge Soares** congratulou o Executivo por finalmente apresentar o Regulamento que o PPD-PSD já tinha solicitado.-----

De seguida, questionou quantos lotes estavam disponíveis para atribuição na ZIOF. -----

O **Presidente da Câmara** fez uma breve explicação sobre os terrenos/lotes que o Município pretendia adquirir. Mais informou que, de momento, apenas se encontrava disponível o lote n.º 89.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 23 (vinte e três) votos a favor, aprovar o Regulamento Municipal de Atribuição de Lotes de Terreno nos Espaços de Atividades Económicas do Concelho de Oliveira de Frades.-----

8 - REQUALIFICAÇÃO DA ANTIGA ESCOLA PRIMÁRIA DAS BENFEITAS PARA ALBERGUE -----

- RECONHECER O INTERESSE PÚBLICO DO PROJETO E APROVAR A RESPECTIVA DECLARAÇÃO.-----

O Órgão Executivo, na sua reunião ordinária de 13.11.2018, deliberou, por unanimidade, reconhecer o interesse público (municipal) do projeto de requalificação da antiga escola primária das Benfeitas, para receber os peregrinos do Caminho de Santiago Caramulo e Vale do Vouga, aprovando a respetiva declaração de interesse público. -----

O **Membro da Assembleia Jorge Soares** questionou a razão do Presidente de Junta da União de Freguesias de Destriz e Reigoso apenas ter tido conhecimento de que o projeto existente para a Escola Primária de Reigoso tinha sido alterado para a Escola de Benfeitas, quando recebeu os documentos remetidos para esta Assembleia. Mais questionou as razões subjacentes a esta alteração. -----

O **Membro da Assembleia Mário Pereira** manifestou concordância com a criação de albergues, no entanto, considerou que se deveria pensar nos peregrinos que se deslocam para Fátima, referindo a perigosidade do trajeto. Referiu ainda, que muitos passam pelo Concelho de Oliveira de Frades, sendo importante começar a pensar em alternativas. Relativamente à proposta apresentada pela Câmara Municipal, manifestou a sua concordância. -----

O **Presidente da Câmara** pediu desculpas ao Presidente de Junta da União de Freguesias de Destriz e Reigoso. Informou que se trata de um projeto desenvolvido pelos Técnicos da Autarquia. A alteração teve por base a informação técnica e os fundamentos aí invocados, designadamente, a segurança dos peregrinos, que deixaram de ter que transitar numa das vias mais movimentadas do Concelho (na ligação entre a A25 (Nó de Reigoso) e a Zona Industrial/Vila); a localização da Escola de Benfeitas que se situa no núcleo urbano da aldeia (proporcionando uma provável promoção do convívio entre os locais e os peregrinos); e a proximidade de infraestruturas de apoio. Acrescentou que, nesta mudança pesou o olhar-se para o projeto, não preterindo um local em detrimento de outro, mas procurando prestar o melhor serviço aos peregrinos. -----

O **Membro da Assembleia Jorge Soares** referiu que era notória a falta de diálogo que existiu para com o Presidente de Junta em questão. De seguida



apresentou a seguinte declaração de voto, dizendo que o Grupo Parlamentar do PPD-PSD dava total liberdade de voto ao autarca Carlos Lima na sua decisão: -----

“Declaração de voto da bancada PPD-PSD-----

Perante a decisão do Executivo de revogar o acordo de comodato celebrado entre o Município de Oliveira de Frades e a União de Freguesias de Destriz e Reigoso, dos anteriores executivos, em que era cedido o edifício da Escola Primária de Reigoso com o intuito de a requalificar e converter em albergue de peregrinos e, simultaneamente transferir esse mesmo projeto para a Escola Primária das Benfeitas, a bancada do PPD.PSD emite a seguinte declaração de voto: -----

O anterior Executivo do Município de Oliveira de Frades, em colaboração com o anterior Executivo da Junta de Freguesia de Destriz e Reigoso, ciente do interesse da requalificação da Escola Primária de Reigoso, desenvolveu um programa através de uma candidatura PDR2020. Com esta candidatura pretendia-se converter o dito edifício em albergue de peregrinos destinado a dar apoio aos peregrinos que nas romarias de caminho de Santiago e a Fátima atravessam o nosso Concelho. -----

Na génese deste projeto estavam presentes factos históricos, ou seja, Reigoso, em tempos idos, possuía um albergue para os peregrinos de Santiago de Compostela e, inclusivamente rezam algumas vezes, um hospital que tratava e dava apoio a estes mesmos peregrinos. O Anterior Executivo da Junta de Freguesia abraçou esta ideia tendo feito um trabalho muito meritório de elaborar um projeto muito bem estruturado. O atual Executivo do Município, de forma unilateral sem auscultar a opinião do Presidente de Junta, tomou a decisão de transferir o projeto da escola da aldeia de Reigoso para a escola da aldeia de Benfeitas. Os argumentos apresentados para justificar esta transferência têm tanto de ambíguos como de refutáveis, não existindo um único argumento que tenha sustentação para justificar a decisão. No programa do PPD-PSD, apresentado a eleições em outubro de 2017, constava a execução do projeto nos seus moldes iniciais, ou seja, a sua aplicação na Escola Primária de Reigoso. Assim, e perante o descrito esta bancada não poderá ter outra posição (à exceção do deputado e Presidente de Junta da União de Freguesias de Destriz e Reigoso, Carlos Lima) senão votar contra”. -----

O Presidente de Junta de Freguesia de Destriz e Reigoso, Carlos Lima, fez a seguinte declaração de voto: -----

“O Executivo do Município de Oliveira de Frades apresenta a esta Assembleia um projeto de requalificação da Escola Primária de Benfeitas, que mais não é que a transferência do projeto anteriormente elaborado para a requalificação da Escola Primária de Reigoso. Ou seja, estamos perante uma situação em que as expetativas da população de uma aldeia da Freguesia que presido, Reigoso, são defraudadas em benefício de outra aldeia da freguesia a que presido Benfeitas. Deste modo, e enquanto Presidente da Junta de Freguesia, em consciência não poderei tomar posição porque qualquer que ela fosse: votar a favor ou votar contra, estaria a defraudar expetativas da população de uma ou de outra aldeia. Se me permitem a analogia sentir-me-ia como um pai que tira o pão de um filho para o dar a outro filho. Não está em causa a conservação e preservação de equipamentos históricos. Vejo como muito positiva a ideia original de conservação de uma antiga escola, seja ela qual for, e o seu aproveitamento para uma utilização que a dignifique. Aliás o Executivo, que presido, tem muito presente esta preocupação, registando já várias intervenções de reparação de equipamentos, como tanques e chafarizes públicos, peças históricas que é importante preservar. -----

O meu entendimento é que a comunidade da União de Freguesias de Destriz e Reigoso deverá ser consultada na decisão de qual das duas escolas deverá ser



intervencionada e convertida em albergue de peregrinos. Assim, face ao chumbo anunciado deste projeto do Executivo é minha intenção levar esta discussão à Assembleia de Freguesia de Destriz e Reigoso para esta, enquanto representante da comunidade, tomar esta decisão. Espero que a pretensão do Executivo não morra aqui, hoje. Assim, desafio o Executivo do Município de Oliveira de Frades a, numa próxima Assembleia Municipal, trazer à discussão um projeto de requalificação e conversão em albergue de peregrinos da Escola que a Assembleia de Freguesia de Destriz e Reigoso decidir, seja esta a de Benfeitas ou a de Reigoso. Se o Executivo realmente considerar interessante a instalação de um albergue de peregrinos no nosso território deverá ver como válida e fundamentada esta minha proposta e aceitá-la. Quanto aos restantes membros da bancada do PPD-PSD, intercederei junto deles para que o projeto, qualquer que ele seja, seja votado favoravelmente".-----

De seguida, o **Presidente da Mesa** colocou este ponto a votação, não tendo este sido aprovado, por maioria, com 12 (doze) votos contra, dos membros da Assembleia Luís Vasconcelos, Serafim Soares, Sónia Nogueira, Arménio Florindo, António Bernardino Nunes, Teresa Fernandes, Jorge Soares e dos Presidentes de Junta das Freguesias de Arcozelo das Maias, António Manuel Tavares, Pinheiro, Carlos Rosa, Ribeiradio, Hélder Costa, São João da Serra, Luís Dias, Arca e Varzielas, Jorge Bandeira, 1 (uma) abstenção do Presidente de Junta da União de Freguesias de Destriz e Reigoso, Carlos Lima e 10 (dez) votos a favor.-----

9 - DESIGNAÇÃO DE DOIS ELEMENTOS PARA INTEGRAR A CPCJ DE OLIVEIRA DE FRADES.-----

Foram designados, por unanimidade, com 23 (vinte e três) votos a favor, os seguintes cidadãos para integrar a CPCJ - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, em substituição dos cidadãos Carlos Maia (por motivos profissionais) e Anabela Almeida (por ter atingido o limite de mandatos legais):-----

- Germano Rodrigues;-----
- Leokádia Silva.-----

10 - AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO EM 2019-----

O **Presidente da Câmara** informou que, o Órgão Executivo, na sua reunião ordinária de 28.11.2018, deliberou, por unanimidade, concordar com o parecer técnico e entregar a contratação de empréstimo a curto prazo ao Banco Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, bem como, submeter à Assembleia Municipal a autorização para a referida contratação.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 23 (vinte e três) votos a favor, autorizar a contratação do empréstimo em causa.-----

11 - CONTRATO DE DELEGAÇÃO – UNIÃO DE FREGUESIAS DE OLIVEIRA DE FRADES, SOUTO DE LAFÕES E SEJÃES-----

O **Presidente da Câmara** informou que, o Órgão Executivo, na sua reunião ordinária de 28.11.2018, deliberou, por unanimidade, aprovar o contrato de delegação de competências a celebrar entre a Câmara Municipal de Oliveira de Frades e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Oliveira de Frades, Souto de Lafões e Sejães, e submetê-lo à apreciação do Órgão Deliberativo.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 23 (vinte e três) votos a favor, aprovar o contrato de delegação de competências em causa.-----



12 - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

Não se verificaram intervenções.-----

Todos os pontos foram aprovados em minuta, para produção de efeitos imediatos, tendo a Minuta sido lida e aprovada, por unanimidade, com 23 (vinte e três) votos a favor. -----

E, nada mais havendo a tratar, foi esta sessão encerrada, pelo Presidente da Mesa, eram doze horas e quinze minutos. -----

Dela se lavrou a presente ata que irá ser lida, discutida, votada e assinada pelos membros da Mesa. -----

O Presidente da Mesa, _____
(Luís Manuel Martins Vasconcelos)

A Secretária, _____
(Sónia Filipa Araújo Nogueira)

A Secretária, _____
(Teresa Margarida de Sousa Fernandes)